



Alcar
2019

XII Encontro Nacional de História da Mídia

19 A 21 DE JUNHO DE 2019 | NATAL/RN

ISSN: 2175-6945

A Imprensa Alternativa e o Movimento Feminista Durante a Ditadura Militar no Brasil: A Relevância do Jornal Nós Mulheres¹

Marina Solon Fernandes Torres MARTINS²

Márcia Vidal NUNES³

Universidade Federal do Ceará, UFC

Resumo

Este artigo traz reflexões sobre o papel da imprensa alternativa brasileira enquanto espaço de construção, articulação e divulgação de ideias do movimento feminista que despontou no Brasil, principalmente em São Paulo, durante a década de 1970. Nosso objeto de análise é o jornal *Nós Mulheres*, um dos mais relevantes expoentes da imprensa alternativa naquele período, que trouxe em suas pautas além do combate ao regime imposto, os temas feministas em debate ao redor do mundo à época, tais como violência doméstica, trabalho feminino, creches públicas, direitos reprodutivos, aborto e sexualidade. Por meio da análise dos editoriais do jornal, identificamos a imprensa alternativa como um espaço de construção do protagonismo das mulheres na esfera pública por intermédio de pautas e debates que as beneficiassem diretamente.

Palavras-chave

História da Mídia Alternativa; Imprensa Alternativa; Movimento Feminista; Feminismo.

Introdução

A relação entre mídia e indivíduo possui diversas vertentes. Dentre elas, a de representar socialmente os cidadãos (MOSCOVICI, 2003). É notório e analítico que os fatos sociais pautados pela mídia e a forma como eles são tratados como discurso influenciam a reflexão crítica das pessoas, constroem ambientes de debate e podem auxiliar na elaboração e articulação de movimentações sociais de diversas naturezas. “O discurso de informação é uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça nas sociedades o

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Alternativa, integrante do 12º Encontro Nacional de História da Mídia.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, e-mail: solonmarina@gmail.com

³ Professora do Programa de Pós-Graduação da UFC, e-mail: marciavn@hotmail.com



vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário”. (CHARADEAU, 2013, p. 12). Sobre o tema, também pontua o filósofo francês Michael Foucault: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar.” (FOUCAULT, 2014, p. 10)

Um breve resgate histórico nos mostra que, no Brasil, a década de 1940 foi época fértil de nascimento de diversos movimentos sociais organizados dentro da conceituação proposta por Gohn (2014), que define movimento social como expressão de uma ação coletiva que decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Esses movimentos sociais tinham as mais variadas reivindicações tais como habitação, educação, direito à terra e voto direto.

O período entre 1945 e 1964 entrou para a história como a fase do regime político populista; ele foi bastante fértil em termos de lutas e movimentos sociais. A conjuntura da redemocratização do país, aliada a um cenário internacional de desenvolvimento da sociedade de consumo, e a política da Guerra Fria entre as então potências mundiais (Estados Unidos e URSS – a ex União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) criaram espaços favoráveis aos projetos nacionalistas de desenvolvimento nacional. (GOHN, 2000, p. 17).

Todavia, foi apenas na década de 1960, durante o período da ditadura militar, que os movimentos formados por mulheres visando pautas que as beneficiassem diretamente começaram a ter uma estrutura mais sólida e organizada. Esses movimentos proclamados feministas montaram as primeiras pautas com foco na inserção da mulher no mercado de trabalho, na organização popular feminina para reivindicar direitos civis, no aumento do número de creches públicas, no fim da violência doméstica, nos direitos reprodutivos da mulher e na sexualidade.

Mulheres que, naquela conjuntura, tinham aproximadamente, entre 20 e 30 anos, frequentavam ambientes acadêmicos, grupos políticos organizados, associações estudantis, etc, passaram a opor-se, radicalmente, àqueles códigos e orientações sociais que, tinham forte consistência nas práticas relacionais da geração de suas mães, e que, também, lhes foram transmitidos nos processos de socialização, especialmente no âmbito de suas famílias. (NASCIMENTO, 2007, p.19)

As mulheres destacam suas ações afirmativas, revelando-se conhecedoras dos problemas, contradições e conflitos que compõem a conjuntura do País.

Conhecendo-os, determinam-se a participar de todo movimento que possa vir a solucioná-los. Estas mulheres desviam-se da rota traçada pelo modelo



feminino em vigor. Não priorizam o casamento e a maternidade como metas exclusivas de suas vidas. Imbricam-se nos territórios considerados masculinos e é neles que assentam sua marca diferenciada. Põem-se no jogo das relações de poder, lá onde o jogo é mais acirrado e difícil. Lá, onde se pensa o Poder, no singular, como designando basicamente, a figura central do Estado, comumente associado à figura masculina. Deslocam-se de um para outro lugar, nos diversos movimentos, dos anos 60, 70, 80, colocando o seu jeito de ser, expressando-se de maneira diferenciada do jeito padrão, já bem estabelecido nas organizações. (NASCIMENTO, 2007, p.53).

Em razão do regime ditatorial iniciado em 1964, ato imposto pelas Forças Armadas com apoio de grandes empresas e importantes veículos de comunicação, a então incipiente movimentação social das mulheres vislumbrou na imprensa alternativa uma forma de comunicar-se, organizar e dar holofote às suas pautas, influenciar outras mulheres e também mobilizá-las em prol de objetivos comuns.

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica*. (KUCINSKI, 2001, p.13).

Quando ainda a comunicação era totalmente analógica e o compartilhamento de experiências se dava tão somente por meios impressos, a imprensa alternativa foi a grande possibilidade para que as discussões dos grupos progressistas se difundissem tanto dentro quanto fora do país, chegando, inclusive, aos exilados políticos.

(...) É nesse momento que a imprensa feminista também ganha expressividade, se destacando entre o nicho de jornais que debatiam questões ainda sem qualquer expressividade dentro da mídia comercial. As relações de poder existentes e naturalizadas nas esferas privada e pública ganharam o caráter político que, até então, não se considerava. Afinal, se defendia que lugar de mulher era em casa, cuidando dos filhos, lavando, passando e cozinhando – o que, nos dias atuais, continua sendo visto, de maneira estereotipada, como o papel das mulheres, retratado por discursos do senso comum, por veículos da imprensa comercial e por pronunciamentos de políticos. (FREITAS, 2018, p. 20)

Freitas (2018) pontua que o desenvolvimento e expansão dos movimentos sociais no Brasil, durante a segunda metade dos anos 1970, foi o que tornou possível, organizada e efetiva a mobilização e a participação de vários setores da população brasileira na esfera pública. Os objetivos eram a reivindicação de direitos e uma intervenção política mais direta.



A imprensa alternativa, atuando a favor desses movimentos sociais, buscava conseguir um contraponto ideológico com a mídia tradicional que, censurada, acabava por atuar em prol do regime. Freitas (2018) frisa que era na imprensa alternativa que estavam as pautas que reivindicavam liberdade, autonomia, justiça, reconhecimento, democracia e cidadania. O autor Bernardo Kucinski ainda elucida que:

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. (...) destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa. (...) Opunham-se, por princípio, ao discurso oficial. (KUCINSKI, 2001, p.13)

A segunda metade dos anos 1970 marca uma nova maneira de coletividade dos movimentos sociais, entre eles, os movimentos feministas. “É nesta época que os jornais da imprensa feminista, cada um de acordo com sua perspectiva editorial, começam as tentativas de vocalizar estes debates há tanto deslegitimados e mantidos fora da arena pública.” (FREITAS, 2018, p.23)

A militância, nos anos 70 e 80, constituiu certamente, espaço de referência, para afirmações identitárias, referência de presença na ação, para as pessoas que pensaram com muita força, na modificação da Ordem Social, no Brasil e, no mundo todo. (NASCIMENTO, 2007, p.41).

Os jornais alternativos, portanto, foram de grande importância uma vez que revelaram novos e atuantes personagens do cenário político brasileiro, bem como suas lutas e reivindicações, além de possibilitar uma maior organização e conchamar novos adeptos aos movimentos sociais.

(...) protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, como o caminho da revolução brasileira e as táticas e estratégias de oposição durante o longo período de abertura. (KUCINSKI, 2001, p.14).

Inserido nesse contexto de organização e reivindicação, o movimento feminista passou, então, a ocupar um notado e relevante espaço e a produzir, por meio de uma mídia alternativa feminista, periódicos consonantes com suas pautas e protestos.

2. O jornal Nós Mulheres



Alcar
2019

XII Encontro Nacional de História da Mídia

19 A 21 DE JUNHO DE 2019 | NATAL/RN

ISSN: 2175-6945

A imprensa alternativa, como já dissemos, era um terreno fértil para que as mulheres traçassem uma comunicação feita diretamente por elas e com discursos voltados especificamente para elas. Neste ínterim, é lançado, em junho de 1976, na cidade de São Paulo, o primeiro número do tablóide *Nós Mulheres*, uma nova forma de expressão e mobilização social que se pôs a serviço da organização das mulheres, reivindicando direitos, questionando as relações de poder e introduzindo-as no movimento popular contra o regime.

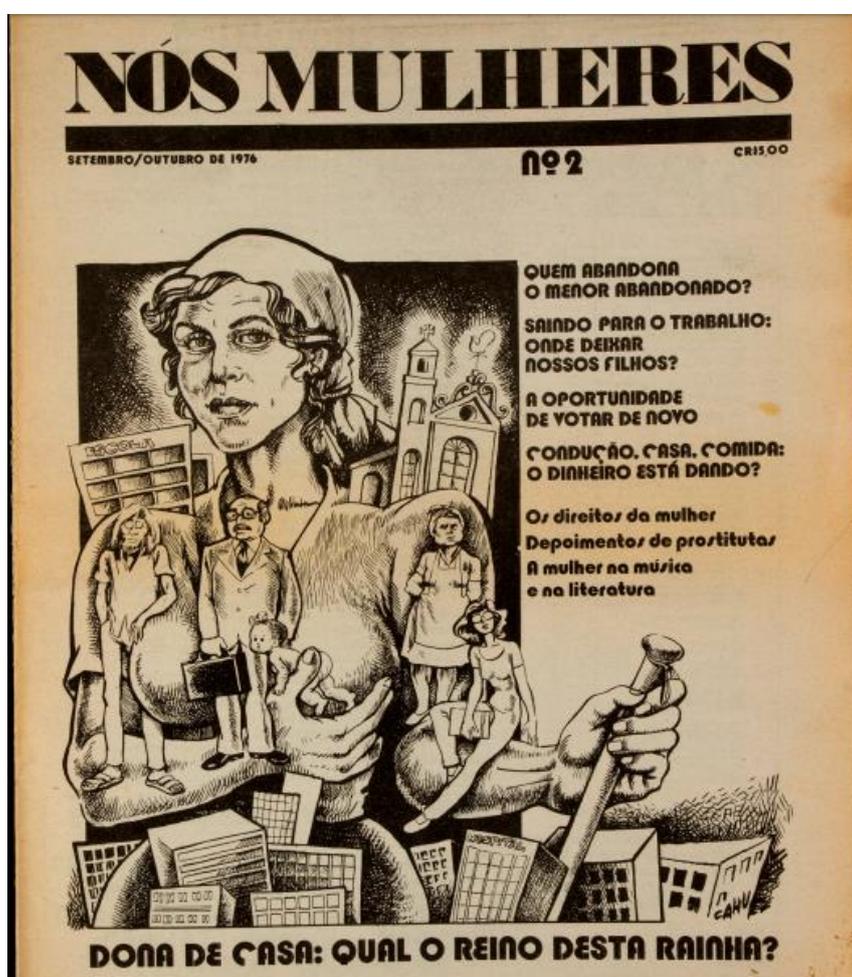


Figura 1 - Capa da Segunda Edição do Jornal Nós Mulheres

Teles (2017) pontua que esse jornal contribuiu de forma decisiva para o avanço das ideias feministas e para o combate à discriminação. O primeiro editorial do *Nós Mulheres* trazia o seguinte texto:



Desde que nascemos, Nós Mulheres, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que Nós Mulheres não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa de homem. Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir essa função que dizem ser natural da mulher: mãe e esposa. Nós Meninas devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha, de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua porque são moleques e porque devem se preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia de casa. Além disso aprendemos que sexo é um pecado para Nós Mulheres, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com a nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem as conquistas amorosas e as farras de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa. Quando vamos procurar um emprego, porque o salário do marido ou pai não dá pra viver, ou porque queremos sair um pouco da solidão das quatro paredes de uma casa, sempre encontramos mais dificuldades que o homem, porque somos mulheres. Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque trazemos para o serviço o cansaço do trabalho de casa e a preocupação com nossos filhos. (...)

Achamos que Nós Mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos perguntem; Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?. Nós responderemos: o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos, portanto, boas creches e escolas para os nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta é por torná-las sociais. Mas não é só. Nós mulheres queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto, não separamos a luta da mulher da de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. Nós Mulheres decidimos fazer esse jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E também, para pensarmos juntas nas soluções. (Jornal *Nós Mulheres*, 1976, p.2).

O texto do editorial trata, dentro de muitos padrões sexistas, principalmente, da questão da dupla jornada de trabalho, que ocorria em casa e fora dela, e propõe um conjunto de reivindicações, apontando como soluções a implementação de mais políticas públicas de Estado voltadas para o benefício direto da mulher e dos filhos.

Organizado e publicado pela Associação de Mulheres no período entre 1976 a 1978, a primeira edição do jornal *Nós Mulheres* teve o financiamento da atriz Ruth Escobar. O periódico ajudava as mulheres a tomar consciência da sua condição social. Colocava-se, também, a serviço das mulheres oriundas de camadas populares e trazia para o debate a necessidade de transformação econômica e social, para que as condições de vida e de trabalho das mulheres fossem adequadas. Teles (2017) chama atenção para os debates em torno da circulação do jornal:

A proposta de *Nós Mulheres* de socializar o trabalho doméstico pela criação de equipamentos sociais, como creches, lavanderias e refeitórios públicos era considerada absurda também por ativistas de esquerda pois a maioria do povo brasileiro tinha problemas mais prioritários, como a fome e a falta de liberdade. Mas as ideias do jornal propiciavam debates nas escolas e bairros de periferia. (TELES, 2017, p. 100)

Dessa forma, o jornal ampliava a visão tradicional da esquerda sobre as questões de gênero e defendia a autonomia da luta feminista. Era uma imprensa artesanal, de periodicidade bimestral e edição coletiva, que, durante os três anos que esteve em circulação, publicou oito edições. Foram 204 textos nos formatos de editoriais, crônicas, cartas, matérias, charges e notas.

O *Nós Mulheres* foi um jornal comercializado principalmente pela militância feminista de esquerda e buscava sempre divulgar uma nova visão sociopolítica. Era, em termos editoriais e textuais, inteiramente produzido por mulheres, e tinha nas jornalistas Marisa Correa, Laís Antonio do Nascimento e Anamércia Vainsencher suas principais responsáveis. A equipe de colaboradoras chegou a somar quase trinta mulheres. Elas compunham o conselho editorial, a direção do jornal e eram responsáveis pela linha editorial, pela redação das matérias e pela venda do periódico nos espaços de militância feminista. Procuravam, na prática, contrapor-se ao modelo de hierarquia social centrado na figura masculina.

O grupo reunido desde 1976, em torno do jornal *Nós Mulheres*, optou por uma organização de trabalho que comportasse uma democracia interna e mais ampla possível, partindo da igualdade de direitos e deveres de cada uma de suas participantes. A nossa preocupação era atingir uma flexibilidade dos papéis de responsabilidade que despertasse as potencialidades criativas de cada uma. (...) Esta forma de trabalhar fugia às regras de um jornal tradicional e permitia que todas acompanhassem o processo de realização de nosso trabalho, desde a feitura dos textos até a



distribuição do jornal, o que nos dava a sensação gratificante de que o produto de nosso trabalho nos pertencia. (Grupo Nós Mulheres, 1979, p.11).

O jornal inovou também por aproximar-se das mulheres com uma linguagem mais íntima, pessoal, estabelecendo uma relação de forma a lhes fazer se apropriar das lutas populares em favor da causa feminista. Havia um compromisso com essa nova linguagem de forma a melhor difundir as reivindicações e propostas que se relacionavam diretamente com a atuação das mulheres nos espaços públicos.

Ser uma feminista passou a ter um sentido novo e multifacetado, já que nele estava contido o entendimento de se ter uma política centrada em um conjunto de questões específicas das mulheres; aderir a determinadas normas de organização e agir em certos espaços públicos a fim de aprofundar a análise da opressão de gênero, além de, nos próprios movimentos de mulheres, promover a consciência dessa opressão. (ALVAREZ, 2000, p. 389).

O jornal *Nós Mulheres* rompeu o tratamento textual ofertado às mulheres pela imprensa feminina tradicional da época, onde um repórter impessoal e assexuado costumava protocolar regras e ditames sociais e aconselhar uma leitora que chamava de “você, mulher”. A imprensa feminina se limitava a temas domésticos e ditava um modo universal de comportamento feminino. Em contraponto, o *Nós Mulheres* passou a trazer temas tidos como polêmicos e pouco abordados. O “você”, tão comum na linguagem das revistas femininas, tornou-se o “nós”, e, desta forma, colocava-se como um vocativo que aproximava as mulheres e as incentivava a tomar parte naquela luta conjunta contra, principalmente, a opressão de gênero. Colocava-as como parte relevante do cenário político e as tirava da condição de subalternidade e inferioridade que a sociedade, focada na figura masculina, estabelecia. Estimulava que as mulheres passassem a ver a si mesmas como protagonistas, e não coadjuvantes, do cenário social.

No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de liberdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviços de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência. (DAVIS, 2016, p. 45).

O tom de aproximação dos textos do jornal remetia a uma certa intimidade, a uma proximidade, e buscava conchamar as mulheres para que entendessem que a luta pelos direitos dizia respeito a todas elas, sem diferenciação de condição social ou racial. A



linguagem do jornal era posta de forma a fazê-las ver os contextos sociais de modo crítico e então passassem a questionar a opressão social do feminino que até então era amplamente naturalizada. O periódico abordava assuntos dentro de uma dimensão íntima enquanto também politizava a vida cotidiana das leitoras.

Um ponto interessante do *Nós Mulheres* é que ele, apesar de priorizar e focar na produção de informação e no debate tendo em vista as mulheres, não descartava a aproximação dos homens. Em um manifesto publicado em 1979 o grupo que comandava o jornal chamou atenção para o fato:

Buscamos ao lado dos homens uma forma de relacionamento entre os sexos, que desperte uma nova identidade social – feminina e masculina – não mais baseada na opressão de um sexo pelo outro, mas onde sejam respeitadas as diferenças, sem que constituam motivos para as desigualdades sociais. (Grupo Nós Mulheres, 1979, p.8)

Compreende-se então o intento de transformação social que o jornal carregava consigo.

3. O movimento feminista nos editoriais do *Nós Mulheres*

Os editoriais, explica o autor José Marques de Melo (1985) são locais de expressão da opinião de quem produz o jornal, um espaço de defesa das políticas editoriais do periódico. Dentro do gênero opinativo do jornalismo, o editorial oferece a opinião do jornal e a sua posição em relação aos fatos, portando-se de forma a convencer o leitor que sua postura e abordagem sobre determinada circunstância são as mais adequadas.

No caso dos *Nós Mulheres*, o editorial era um espaço onde havia diálogo com as leitoras, prestações de contas sobre a situação financeira do jornal, expressão de opiniões e posições políticas, e, principalmente, uma defesa do discurso feminista. Era expresso que o jornal se identificava como feminista e produzia conteúdo de forma a construir uma dimensão de educação e politização das mulheres na esfera pública que militassem a favor das causas feministas. Como vemos no editorial da edição de número sete do periódico:

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não são só oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. No Brasil, dada a incipiência da organização de todos que lutam por uma



Alcar
2019

XII Encontro Nacional de História da Mídia

19 A 21 DE JUNHO DE 2019 | NATAL/RN

ISSN: 2175-6945

sociedade democrática e, em particular, da organização de mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. E esse é o grande desafio que enfrentamos. Será somente quando movimentos amplos de mulheres das classes trabalhadoras e os atuais grupos feministas – em geral, mulheres pertencentes à classe média que tiveram acesso mais fácil ao conhecimento – integrarem-se como um todo orgânico, que o feminismo se tornará uma força concreta de transformação social. Por isso, o NM continuará defendendo a perspectiva das mulheres trabalhadoras, registrando suas lutas e, ao mesmo tempo, tentando avançar na discussão de todos os aspectos que envolvem a opressão da mulher – e que vão desde o lugar ocupado por ela na estrutura produtiva até a própria repressão sexual. O jornal pretende, com isso, atingir a todas as mulheres democratas de diferentes camadas sociais interessadas na questão feminina. (Editorial, *Nós Mulheres*, n. 7, p. 2)

O jornal também usava esse espaço de editorial para, dentro da defesa do movimento feminista, conclamar outras mulheres para fazer parte dele. Era comum que elas usassem uma linguagem onde a mulher pudesse se identificar e encontrar, além de desejar fazer parte. As produtoras do jornal o colocavam como um espaço amplo de ideias, de luta conjunta e de amadurecimento social coletivo.

Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de *Nós Mulheres*. Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o clima de confusão e insegurança. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro: fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e dona-de-casa, da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher. Um jornal que debatesse a situação da mulher brasileira estava destinado ao fracasso, segundo alguns, e ao ridículo, segundo outros. Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. (...). O grupo de *Nós Mulheres* formou-se em torno da idéia de criar um jornal feminista. Muitas de nós sequer nos conhecíamos, como não conhecíamos o que significava feminismo para o resto do grupo. Aos poucos, porém, num processo muitas vezes doloroso, fomos nos conhecendo. (...) Estamos aprendendo a caminhar. (Editorial, *Nós Mulheres*, n. 5, p. 2)

O editorial era também um espaço por vezes didático de difusão do que defendia o movimento feminista. Com isso, o jornal abria um horizonte de maior reflexão crítica do pensamento das mulheres que se aproximavam da publicação.

Se fazer política significa deixar que o “individual” se mantenha fragmentado, separado do “social” e esquecer que somos homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios, com os problemas específicos dessa diversidade de condições, então, certamente resultará daí apenas uma mudança parcial, nunca uma verdadeira revolução. O feminismo aparece dentro dessa nova concepção de política. Se as idéias feministas ainda não conseguiram uma organicidade que permita às mulheres atuar como um movimento social organizado, alguns passos importantes já foram dados. Pela primeira vez em nosso país, as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com sua participação efetiva. Nos sindicatos, o mesmo acontece. A questão principal é, então, como manter a autonomia da organização das mulheres democratas, enquanto um movimento social específico, garantindo que ela seja incorporada à luta pela democracia, não de forma isolada, mas como parte implícita dessa luta. É com essa problemática que nos defrontamos. Sabemos que levar adiante essa briga depende de nós. (Editorial, *Nós Mulheres*, n. 8, p. 2)

Nota-se, pois, que os editoriais do jornal *Nós Mulheres* ganharam dimensões não apenas de informação e opinião, mas, também, e principalmente, de formação e chamamento para as causas e o movimento feminista.

4. Imprensa feminista

Buitoni (1981) divide a “imprensa feminina” do século XIX em dois grupos: o primeiro a autora chama de imprensa tradicional, uma vez que as pautas que essa imprensa traz não permite às mulheres liberdade de ação fora do lar e ainda engrandece as virtudes domésticas e as qualidades estipuladas como “femininas”. O segundo a autora chama de imprensa progressista, que se caracteriza por apresentar e defender os direitos das mulheres. A autora registra, ainda, que os periódicos progressistas traziam ideias feministas e, dessa forma, começaram a levar as mulheres a compartilhar experiências e organizar suas reivindicações.

Foi o trato dado pela imprensa feminista de temas tidos como “tabus” pela ordem social que aproximou as mulheres entre si em prol das causas políticas, rompeu com a hegemonia da mídia tradicional e auxiliou a movimentação delas contra o regime militar imposto.

Colling (1997) pontua:

1975 é um divisor de águas na luta das mulheres. (...) A “rainha do lar” começa a ceder espaço para a militante também engajada na luta pela redemocratização do país. Os jornais feministas aparecem – *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* tiveram grande aceitação. O debate feminista ia se

impondo, questionando o relacionamento entre homem e mulher, as discriminações e violências sofridas pelas mulheres. (COLLING, 1997, p. 43)

Dentro do mesmo tema e recorte temporal, Freitas (2018) recorda que:

O ano de 1975 foi marcante e decisivo para as reivindicações dos movimentos feministas estarem na agenda da discussão pública. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o período de 1975 a 1985 como a Década da Mulher. O objetivo dessas ações era possibilitar uma discussão, em nível mundial, das questões que tinham as mulheres como protagonistas, por exemplo, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, cidadania, emancipação e violência. (FREITAS, 2018, p. 78)

Nota-se que a época era especialmente favorável ao debate do pensamento feminista e também a uma organização do movimento. A imprensa alternativa passou a ser deveras importante para o fortalecimento e difusão do movimento feminista.

Registra-se que, dentro do cenário desta imprensa feminina, feminista e progressista que nascia, anterior ao *Nós Mulheres*, o primeiro jornal dirigido às mulheres e produzido por mulheres foi o *Brasil Mulher*, um periódico publicado pela Sociedade Brasil Mulher entre os anos de 1975 e 1980. A atuação desses dois aponta para um fortalecimento da movimentação popular feminista dentro da imprensa alternativa. Após estes, em 1980, nasceu o *Mulherio*, também consonante com causas e a organização popular feminista.

Esses periódicos materializavam a organização popular das mulheres em torno do movimento feminista. Por meio deles a mulher pôde compreender a si mesma enquanto sujeito de direitos e também como parte ativa do cenário político. Questionava sua condição e buscava organizar meios de construção e atuação cidadã.

Em muitas das frentes das lutas feministas, a exigência foi a cidadania igual para mulheres e homens. Mas o deciframento do sentido dessa igualdade implicava ir além da isonomia legal e inquirir as condições reais de existência delas e deles, questionando premissas básicas das hierarquias sociais e do funcionamento das instituições. (MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia, 2014, p. 9)

Caparelli (1986) aponta que, não apenas no Brasil, mas em períodos de exceção em todo o mundo, quando houve forte controle dos meios de comunicação de massa, a imprensa alternativa surgiu com intensidade e organização bem peculiares.



Assim sendo, o jornal *Nós Mulheres*, bem como outros periódicos feministas aqui mencionados, demonstra que havia uma notada absorção do pensamento insurgente do mundo afora também na imprensa alternativa brasileira, e que havia, no periódico, uma dimensão de formação cidadã das mulheres. Sobre o tema, Barsted (1983) pontua que os veículos da imprensa alternativa feminista estavam inseridos em uma estratégia de educação dos movimentos feministas e tinham como objetivos recriar a identidade social das mulheres e resgatar suas histórias.

Neste contexto histórico, nota-se que a imprensa alternativa feminista foi essencial para a desconstrução do estereótipo da mulher na mídia tradicional e a formação do protagonismo feminino nas pautas e debates públicos.

As feministas brasileiras da década de 1970 buscavam, através de sua imprensa, construir uma posição política que desse conta da especificidade da condição feminina, de uma visão alternativa de política (calcada na subjetividade, na valorização do cotidiano, na transformação de relações pessoais, afetivas e sexuais) e, ainda, da luta contra a ditadura e o socialismo. Ou seja, para a maioria das feministas brasileiras, oriundas da esquerda organizada, a questão central era unir feminismo, luta democrática e socialismo. (ARAÚJO, 2000, p. 164)

Meios alternativos de imprensa foram essenciais, naquele momento, para que os movimentos sociais divulgassem suas reivindicações e combatessem a manipulação dos discursos da mídia abatida pela censura do regime.

Considerações Finais

A imprensa alternativa no Brasil foi de suma importância para que movimentos sociais dessem visibilidade às suas pautas. Produzir e colocar em circulação esses veículos era uma forma de organização e ampliação desses movimentos. Trouxemos, aqui, um recorte da organização do movimento feminista no Brasil por meio da experiência do jornal *Nós Mulheres*, que se posicionou na esfera midiática de forma a romper hegemonias e questionar organizações e tradições sociais.

Em pleno período do regime militar, o jornal *Nós Mulheres* conseguiu romper os grilhões da censura e se aproximar das mulheres. Numa dimensão educativa e informativa,



Alcar
2019

XII Encontro Nacional de História da Mídia

19 A 21 DE JUNHO DE 2019 | NATAL/RN

ISSN: 2175-6945

o jornal trazia a estrutura social dentro da visão do movimento feminista, estimulando o pensamento crítico, a reflexão e a luta por direitos.

O *Nós Mulheres* posiciona-se, portanto, como um importante modelo de atuação do movimento feminista no Brasil dentro da mídia alternativa do país num período específico da vida política brasileira.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BARSTED, Leila Linhares. **Comunicação: é falando que a gente se entende**. In: PROJETO MULHER. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Marco Zero; Instituição de Ação Cultural, 1983.

BUITONI, Dulcília. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Editora Summus, 1986.

CHARADEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.5, p.2, 1977.

_____. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.7, p.2, 1978.

_____. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.8, p. 2, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na Imprensa Alternativa Brasileira: Quatro décadas de lutas por direitos**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GRUPO NÓS MULHERES. **O Grupo Nós Mulheres**, 1979, mimeo.



Alcar
2019

XII Encontro Nacional de História da Mídia

19 A 21 DE JUNHO DE 2019 | NATAL/RN

ISSN: 2175-6945

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa**. 3ª Ed., São Paulo: EDUSP, 2001.

MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: Uma Introdução**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social**. 2ª Ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Sandra. **Mulheres em Movimento – Memória da Participação das Mulheres nos Movimentos pelas Transformações das Relações de Gênero nos anos 1970 A 1980**, São Luís: EDUFMA, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil e Outros Ensaios**. São Paulo: Editora Alameda.